



Demonstrações Financeiras Intermediárias

XS4 Capitalização S.A.

30 de junho de 2022

30 de junho de 2022

Índice

Relatório de Administração.....	03
Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras.....	05
Balancos patrimoniais.....	10
Demonstrações dos resultados e outros resultados abrangentes	12
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido.....	14
Demonstrações dos fluxos de caixa	15
Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias	17

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,

Apresentamos o Relatório da Administração da XS4 Capitalização S.A. (“XS4 Capitalização” ou “Companhia”), relativo ao semestre findo em 30 de junho de 2022 elaborados em consonância com as práticas adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), incluindo as normas expedidas pelo Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP), acompanhadas das respectivas Notas Explicativas e do Relatório dos Auditores Independentes.

Descrição e Estrutura dos Negócios

A XS4 Capitalização é uma sociedade por ações, constituída em 19/08/2020, à época como subsidiária integral da Caixa Holding Securitária S.A. (“Caixa Holding”), e com o objetivo social a distribuição, a divulgação, a oferta, a venda e o pós-venda de produtos de capitalização de qualquer modalidade, desenvolvidos ou que possam a vir ser desenvolvidos pela Companhia, nos termos da legislação aplicável.

A Companhia foi constituída para a execução do acordo de associação firmado entre Icatu Seguros S.A. (“Icatu Seguros”) e Caixa Seguridade Participações S.A. (“Caixa Seguridade”), para a formalização de uma nova sociedade que explorará, pelo prazo de 20 anos, o ramo de Capitalização na rede de distribuição da Caixa Econômica Federal (denominado “Balcão CAIXA”).

Desta forma, em 30/03/2021 e com base no acordo de associação firmado, a XS4 Capitalização passa a ter sua composição acionária sendo 75% da Caixa Seguridade, onde detém 49,99% de suas ações ordinárias e 100% das ações preferenciais. A Icatu Seguros, por sua vez, deterá 50,01% das ações ordinárias, montante este correspondente a 25% de participação do Capital Total da XS4 Capitalização. Não obstante é importante destacar que, embora o Acordo de Associação tenha sido assinado, originalmente, com a Icatu Seguros S/A, conforme autorizado pela cláusula 3.01 deste mesmo documento, a sociedade do grupo Icatu que ingressou como acionista foi a Icatu Seguridade S.A.

Desempenho no Semestre findo em 30/06/2022

O primeiro semestre de 2022 foi representado por uma quebra de paradigmas e a consolidação de um trabalho de qualidade em constante melhoria. Dentre eles podemos citar:

- Total de títulos emitidos (462 mil títulos de capitalização) no primeiro semestre, representando um crescimento de 29,4% sobre o total emitido até dezembro/2021 (357 mil títulos de Capitalização).
- Do total de títulos emitidos, o mês de maio/2022 representou uma marca histórica, pois alcançamos, somente neste mês o patamar de 122 mil títulos de Capitalização comercializados.

Um plano estratégico da área comercial foi desenvolvido com o intuito de consolidar as metas estipuladas, bem como incrementar nossa atuação institucional, como por exemplo:

- Lançamento em janeiro/2022 do programa de incentivo aos canais parceiros Rede Parceira Premiada, onde possibilita o ganho para o parceiro, de 20% do prêmio destinado ao cliente
- Registro de crescimento de 103,2% na quantidade de venda na rede parceira, após a implementação do programa Rede Parceria Premiada
- Sprint com patrocínio da Rede de Varejo e Caixa Seguridade gerando, em dois dias 14,2 mil títulos vendidos com arrecadação aproximada de R\$840 mil e em 01 semana: 28,5 mil títulos vendidos com arrecadação aproximada de R\$1,8 milhão

Notas explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras Intermediárias em 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021 e para os semestres findos em 30 de junho de 2022 e 2021
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- Apenas no 1º trimestre de 2022, aproximadamente, 7 mil colaboradores (Rede Caixa e Parceiros) foram capacitados, como parte do plano executivo para vendas de ambos os produtos (CAP PM e CAP PU).
- Incremento nas ações de fortalecimento do PU nos segmentos de PJ Varejo, Atacado e Agro.

Demais informações importantes

Ainda no primeiro semestre de 2022, foi realizado o pagamento de dividendos (R\$3.970.868,42 - três milhões novecentos e setenta mil oitocentos e sessenta e oito reais e quarenta e dois centavos) aos sócios, seguindo a proporcionalidade descrita no Estatuto Social.

Encontra-se em desenvolvimento, a Política de Destinação de Resultados e Retenção de Lucros, e tão logo todos os requisitos de aprovação estipulados pela Governança da Caixa Capitalização sejam cumpridos, será submetida aos Conselhos de Administração e Fiscal para apreciação e validação. O prazo para implementação é no último trimestre de 2022.



KPMG Auditores Independentes Ltda.
Rua do Passeio, 38 - Setor 2 - 17º andar - Centro
20021-290 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil
Caixa Postal 2888 - CEP 20001-970 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil
Telefone +55 (21) 2207-9400
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras intermediárias

Aos Administradores e Acionistas da XS4 Capitalização S.A.
Rio de Janeiro - RJ

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras intermediárias da XS4 Capitalização S.A. (Companhia) que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras intermediárias acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, da XS4 Capitalização S.A. em 30 de junho de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras intermediárias". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do semestre corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras intermediárias como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras intermediárias e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Ativo intangível (direito de uso) - vida útil definida

Principal assunto de auditoria	Como auditoria endereçou esse assunto
<p>Conforme mencionado na nota explicativa nº 9, a Companhia possui ativo intangível, relacionado ao direito de exclusividade para comercialização de produtos de capitalização na rede de distribuição da Caixa Econômica Federal, o qual é amortizado pelo método linear durante o prazo do contrato. Dada a relevância do valor envolvido consideramos esse assunto como principal assunto de auditoria.</p>	<p>Nossos procedimentos de auditoria incluíram, dentre outros:</p> <ul style="list-style-type: none">(i) leitura e entendimento dos termos e condições do contrato firmado entre as partes que subsidiaram o registro do direito de uso;(ii) a verificação do método de amortização aplicado frente ao prazo de exclusividade do canal, bem como o recálculo da respectiva amortização;(iii) avaliação do contrato que estabelece a vida útil do ativo intangível; e,(iv) avaliação se as divulgações nas demonstrações financeiras intermediárias consideraram as informações relevantes.

Provisão Técnica para resgates de títulos de capitalização

Principal assunto de auditoria	Como auditoria endereçou esse assunto
<p>Conforme apresentado nas notas explicativas nº 3.7 e 12, às demonstrações financeiras intermediárias, a XS4 Capitalização S.A. mantém a Provisão Matemática de Capitalização, relacionada ao resgate de títulos de capitalização, nas Demonstrações Financeiras Intermediárias de 30 de junho de 2022.</p> <p>A Provisão Matemática de Capitalização é mensurada com base em metodologia que considera a aplicação do percentual de quotas, definidas nas condições gerais dos produtos, sobre os valores arrecadados no período, incluindo a incidência de juros e atualização monetária.</p> <p>Devido a relevância quantitativa da referida provisão técnica nas demonstrações financeiras intermediárias, consideramos esse assunto significativo em nossa auditoria.</p>	<p>Nossos procedimentos de auditoria incluíram entre outros:</p> <p>testes, com base em amostragem, da existência e precisão dos valores arrecadados por meio do confronto com os respectivos comprovantes de liquidação financeira;</p> <p>com o auxílio técnico de nossos especialistas na área atuarial, avaliamos as metodologias, a consistência dos dados e a razoabilidade das premissas utilizadas na mensuração da Provisão Matemática de Capitalização e taxas de juros;</p> <p>efetuamos o recálculo da referida provisão técnica conforme as condições gerais do produto e notas técnicas atuariais, partindo das bases de dados operacionais, conciliadas com os saldos contábeis;</p> <p>Os nossos procedimentos de auditoria incluíram também a avaliação se as divulgações nas demonstrações financeiras intermediárias consideraram as informações relevantes.</p>

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras intermediárias e o relatório dos auditores

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras intermediárias não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras intermediárias, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras intermediárias ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras intermediárias

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras intermediárias de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras intermediárias livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras intermediárias, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras intermediárias, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras intermediárias.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras intermediárias

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras intermediárias, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras intermediárias.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Determinamos a materialidade de acordo com o nosso julgamento profissional. O conceito de materialidade é aplicado no planejamento e na execução de nossa auditoria, na avaliação dos efeitos das distorções identificadas ao longo da auditoria, das distorções não corrigidas, se houver, sobre as demonstrações financeiras intermediárias como um todo e na formação da nossa opinião.
- A determinação da materialidade é afetada pela nossa percepção sobre as necessidades de informações financeiras pelos usuários das demonstrações financeiras intermediárias. Nesse contexto, é razoável que assumamos que os usuários das demonstrações financeiras intermediárias: (i) possuem conhecimento razoável sobre os negócios, as atividades comerciais e econômicas da Companhia e a disposição para analisar as informações das demonstrações financeiras intermediárias com diligência razoável; (ii) entendem que as demonstrações financeiras intermediárias são elaboradas, apresentadas e auditadas considerando níveis de materialidade; (iii) reconhecem as incertezas inerentes à mensuração de valores com base no uso de estimativas, julgamento e consideração de eventos futuros; e (iv) tomam decisões econômicas razoáveis com base nas informações das demonstrações financeiras intermediárias.

- Ao planejarmos a auditoria, exercemos julgamento sobre as distorções que seriam consideradas relevantes. Esses julgamentos fornecem a base para determinarmos: (a) a natureza, a época e a extensão de procedimentos de avaliação de risco; (b) a identificação e avaliação dos riscos de distorção relevante; e (c) a natureza, a época e a extensão de procedimentos adicionais de auditoria.
- A determinação da materialidade para o planejamento envolve o exercício de julgamento profissional. Aplicamos frequentemente uma porcentagem a um referencial selecionado como ponto de partida para determinarmos a materialidade para as demonstrações financeiras intermediárias como um todo. A materialidade para execução da auditoria significa o valor ou os valores fixado(s) pelo auditor, inferior(es) ao considerado relevante para as demonstrações financeiras intermediárias como um todo, para adequadamente reduzir a um nível baixo a probabilidade de que as distorções não corrigidas e não detectadas em conjunto excedam a materialidade para as demonstrações financeiras como um todo.
- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras intermediárias, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras intermediárias ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras intermediárias, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras intermediárias representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras intermediárias do semestre corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Rio de Janeiro, 29 de agosto de 2022

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC SP-014428/O-6 F-RJ



José Claudio Costa
Contador CRC 1SP167720/O

Balanços patrimoniais

Períodos findos em 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro 2021

(Em milhares de reais)

	<u>30/06/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
ATIVO		
CIRCULANTE	439.527	232.414
Disponível	16.080	2.065
Caixa e Bancos	1.528	692
Equivalente de Caixa	Nota 6 14.552	1.373
Aplicações	Nota 6 416.455	228.219
Créditos das Operações de Capitalização	Nota 7 6.526	1.857
Títulos e Créditos a Receber	466	273
Créditos Tributários e Previdenciários	Nota 8 228	228
Outros Créditos	238	45
ATIVO NÃO CIRCULANTE	177.090	181.734
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	4.540	4.680
Créditos Tributários e Previdenciários	Nota 8 570	1.070
Outros Valores e Bens	Nota 9 3.970	3.610
IMOBILIZADO	50	54
INTANGÍVEL	Nota 10 172.500	177.000
TOTAL DO ATIVO	616.617	414.148

Balancos patrimoniais

30 de junho de 2022 e 31 de dezembro 2021

(Em milhares de reais)

		<u>30/06/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
PASSIVO			
CIRCULANTE		321.717	153.370
Contas a Pagar		12.244	12.536
Obrigações a Pagar	Nota 11	2.039	3.838
Impostos e Encargos Sociais a Recolher		620	539
Encargos Trabalhistas		1.063	402
Impostos e Contribuições	Nota 12	6.577	593
Outras Contas a Pagar		1.945	7.164
Débitos de Operações com Capitalização	Nota 13	5.887	2.588
Provisões Técnicas - Capitalização	Nota 14	303.130	137.898
Provisão para Resgates		294.919	132.068
Provisão para Sorteio		8.211	3.510
Provisão para Despesas Administrativas		-	2.320
Outros Débitos	Nota 9	456	348
PASSIVO NÃO CIRCULANTE		2.856	2.910
Outros Débitos	Nota 9	2.856	2.910
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota 18	292.044	257.868
Capital Social		74.670	74.670
Reserva de Capital		180.000	180.000
Dividendos adicionais		-	2.978
Reservas de Lucros		220	220
Lucros acumulados		37.154	-
TOTAL DO PASSIVO		616.617	414.148

Demonstrações dos resultados

Para os semestres findos em 30 de junho de 2022 e de 2021
(Em milhares de reais, exceto o prejuízo/lucro líquido por ação)

		<u>30/06/2022</u>	<u>30/06/2021</u>
Arrecadação com Títulos de Capitalização		263.543	1
Variação da Provisão para Resgate		(160.476)	-
Receitas Líquidas com Títulos de Capitalização	Nota 19 a)	103.067	1
Variações das Provisões Técnicas		2.320	-
Resultado com Sorteio	Nota 19 b)	(4.708)	-
Custo de Aquisição		(19.119)	-
Outras Receitas e Despesas Operacionais	Nota 19 c)	(9.337)	-
RESULTADO COM OPERAÇÕES DE CAPITALIZAÇÃO		72.223	1
Despesas Administrativas	Nota 19 d)	(12.861)	(1.408)
Despesas com Tributos	Nota 19 e)	(5.271)	(37)
Resultado Financeiro	Nota 19 f)	9.196	550
RESULTADO OPERACIONAL		63.287	(895)
RESULTADO ANTES DOS IMPOSTOS E PARTICIPAÇÕES		63.287	(895)
Imposto de Renda	Nota 20	(15.106)	(2)
Contribuição Social	Nota 20	(9.009)	-
Participações Sobre o Lucro		(2.018)	-
LUCRO(PREJUÍZO) LÍQUIDO DO SEMESTRE		37.154	(897)
Quantidade de Ações		13.334	199.007.867
Lucro Líquido do semestre por Ação - R\$		2,79	-

Demonstrações dos resultados abrangentes

Para os semestres findos em 30 de junho de 2022 e de 2021

(Em milhares de reais)

	<u>30/06/2022</u>	<u>30/06/2021</u>
LUCRO (PREJUÍZO) LÍQUIDO DO SEMESTRE	<u>37.154</u>	<u>(897)</u>
TOTAL DO RESULTADO ABRANGENTE	<u>37.154</u>	<u>(897)</u>

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Para os semestres findos em 30 de junho de 2022 e de 2021

(Em milhares de reais)

	Capital Social	Reserva de Capital	RESERVAS DE LUCROS		Lucros Acumulados	Total
			Reserva Legal	Dividendo Adicional Proposto		
Saldos em 31 de dezembro de 2020	56.000	-	11	-	-	56.011
Aporte de Capital*	18.670	-	-	-	-	18.670
Lucro Líquido Exercício	-	-	-	-	(897)	(897)
Constituição de Reserva Legal	-	-	-	-	-	-
Reserva de Capital	-	180.000	-	-	-	180.000
	-	-	-	-	-	-
Saldos em 30 de junho de 2021	74.670	180.000	11	-	(897)	253.784
Saldos em 31 de dezembro de 2021	74.670	180.000	220	2.978	-	257.868
Lucro Líquido do Semestre	-	-	-	-	37.154	37.154
Dividendos pagos	-	-	-	(2.978)	-	(2.978)
Saldos em 30 de junho de 2022	74.670	180.000	220	-	37.154	292.044

* Conforme Portaria SUSEP nº 7.814 de 04/04/2021

Demonstrações dos fluxos de caixa

Para os semestres findos em 30 de junho de 2022 e de 2021
(Em milhares de reais)

	30/06/2022	30/06/2021
ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Lucro /(Prejuízo) líquido do semestre	37.154	(897)
Ajustes para:		
Depreciação e amortização	(4.633)	-
Despesas de Juros	13	-
Varição das Provisões Técnicas	165.232	-
Varição de Impostos Sobre o Lucro	28.792	-
Varição nas contas patrimoniais:		
Aplicações	(188.236)	(17.840)
Créditos das Operações de Capitalização	(4.669)	-
Créditos Tributários e Previdenciários	-	(212)
Despesas pré-operacionais	-	(7.864)
Ativo Fiscal Diferido	500	-
Outros Valores e Bens	(360)	-
Outros Ativos	8.751	(3.790)
Outras Contas a Pagar	(7.682)	7.959
Débitos de Operações com Capitalização	3.299	-
Provisões Técnicas - Capitalização	(4.249)	-
Outros Débitos	374	-
Outros Passivos	-	4.056
Caixa Gerado (Consumido) pelas Operações	34.286	(18.588)
Imposto sobre o lucro pagos	(22.808)	-
Caixa Líquido Gerado (Consumido) nas Atividades Operacionais	11.478	(18.588)
ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Pagamento Arrendamento	(441)	-
Caixa Líquido Consumido nas Atividades de Investimento	(441)	-
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Integralização de Capital	-	18.670
Distribuição de Dividendos	2.978	-
Caixa Líquido Gerado nas Atividades de Financiamento	2.978	18.670

Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	14.015	82
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	2.065	-
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	16.080	82

1. Contexto operacional

A XS4 Capitalização S.A. (denominada “XS4 Capitalização” ou “Companhia”), constituída em 19 de agosto de 2020, é uma sociedade por ações, inscrita sob o CNPJ nº 38.155.804/0001-32, tem sua sede localizada na Avenida Oscar Niemeyer, nº 2000 - Ed Aqwa Corporate, 17º andar, SL 1701 – Rio de Janeiro – Brasil, e à época de sua constituição sendo uma subsidiária integral da Caixa Holding Securitária S.A. (“Caixa Holding Securitária”), tendo por objeto social a distribuição, a divulgação, a oferta, a venda e o pós-venda de produtos de capitalização de qualquer modalidade, desenvolvidos ou que possam vir a ser desenvolvidos pela Companhia, nos termos da legislação aplicável.

No contexto da reestruturação da operação de seguros do Grupo Caixa Seguridade (“Grupo”), a Companhia foi constituída como lastro para a azienda prevista no acordo de associação firmado entre Icatu Seguros S.A. (“Icatu Seguros”) e Caixa Seguridade Participações S.A. (“CAIXA Seguridade”), empresa líder do Grupo, para a formação de uma nova sociedade que explorará, pelo prazo de 20 anos, o ramo de Capitalização na rede de distribuição da Caixa Econômica Federal (denominado “Balcão CAIXA”), conforme detalhado no acordo apresentado abaixo:

1.1 Acordo Icatu

No dia 20 de janeiro de 2020, em continuidade ao processo competitivo para reestruturação de sua operação de seguros divulgado por meio de fato relevante em 10 de maio de 2019, a Caixa Seguridade Participações S.A. (“CAIXA Seguridade”) comunicou ao mercado em geral que firmou com a Icatu Seguros S.A. (“Icatu”) acordo de associação (“Acordo Icatu”) para a formação de uma nova sociedade que explorará, pelo prazo de 20 anos, o ramo de capitalização na rede de distribuição Balcão CAIXA.

Nos termos do Acordo Icatu, a CAIXA Seguridade mantém 75% de participação no capital total da XS4 Capitalização, sendo titular de 49,99% de suas ações ordinárias e 100% das ações preferenciais. A Icatu, por sua vez, detém 50,01% das ações ordinárias, em montante correspondente a 25% de participação no capital total da XS4 Capitalização.

Em 30 de março de 2021, a Companhia, através de Assembleia Geral Extraordinária, ratificou o acordo de associação, onde a Icatu subscreveu o aumento de capital na XS4 Capitalização no valor total de R\$ 180.000 (cento e oitenta milhões de reais), valor este que foi repassado pela Companhia à Caixa Econômica Federal (“CAIXA”) nos termos da outorga por ela concedida (upfront) e a CAIXA Seguridade celebrou com a XS4 Capitalização um contrato de distribuição, que conferiu à XS4 Capitalização o direito de explorar o Balcão Caixa por 20 anos.

A XS4 Capitalização remunera a CAIXA Seguridade com as despesas totais de comercialização por produto em valores pré-definidos além de uma taxa de performance atrelada ao desempenho anual e a lucratividade. A Icatu também pagará à CAIXA um bônus anual correspondente a 75% do valor dos dividendos líquidos recebidos pela Icatu da XS4 Capitalização que excederem a determinadas metas estabelecidas para referido ano.

A XS4 Capitalização tem gestão e governança compartilhada entre CAIXA Seguridade e Icatu de forma a potencializar os pontos fortes de cada acionista, observando as melhores práticas de governança corporativa. Nesse sentido, cada acionista indicou quatro membros para o Conselho de Administração, com a presidência rotativa e alternada entre os acionistas. A Diretoria Executiva da XS4 Capitalização é composta por quatro membros, com indicação paritária por parte dos acionistas e funciona de forma colegiada e compartilhada.

1.2 Autorização da SUSEP para operação

Em 27 de outubro de 2020, por meio da portaria número 7.692, a Superintendência de Seguros Privados – SUSEP concedeu à XS4 Capitalização S.A. autorização para operar títulos de capitalização em todo o território nacional, aprovada em definitivo pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP em fevereiro de 2019 pela Portaria nº 7.282/2019.

Notas explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras Intermediárias em 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021 e para os semestres findos em 30 de junho de 2022 e 2021 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Apresentação e elaboração das demonstrações financeiras intermediárias

As demonstrações financeiras intermediárias (“Demonstrações”) foram elaboradas conforme os dispositivos da Circular nº 517/15 da Superintendência de Seguros Privados (“SUSEP”) (Revogada pela Circular SUSEP 648/21, que entrou em vigor em 3 de janeiro de 2022), e Resolução CNSP 432/21, incluindo os pronunciamentos técnicos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”) quando referendadas pela SUSEP, doravante denominadas, em seu conjunto, “práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pela SUSEP”.

As demonstrações estão apresentadas em consonância com os modelos de publicação estabelecidos pela referida circular e seguindo os critérios de comparabilidade estabelecidos pelos Pronunciamentos CPC 21 (R1) – Demonstrações intermediárias e CPC 26 (R1) – Apresentação das Demonstrações contábeis.

As Demonstrações foram autorizadas para emissão pela Assembleia Geral em 29 de agosto de 2022.

2.1. Base de mensuração

Os valores contidos nas demonstrações financeiras intermediárias são expressos em reais (R\$), arredondados em milhares (R\$000), exceto quando indicado de outra forma, e foram mensurados pelo custo histórico, com exceção dos seguintes itens reconhecidos no balanço patrimonial:

- Caixa e Equivalente de Caixa.
- Instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado.
- Provisões técnicas, mensuradas de acordo com as determinações da SUSEP.

2.2. Moeda funcional e de apresentação

As atividades da Companhia são desenvolvidas em um ambiente que adota o Real (R\$) como moeda funcional e de apresentação e, portanto, essas demonstrações financeiras intermediárias são expressas nessa mesma moeda.

3. Resumo das principais práticas contábeis

As principais práticas contábeis utilizadas na preparação das demonstrações financeiras intermediárias estão demonstradas a seguir. Essas práticas foram aplicadas consistentemente para todos os períodos comparativos apresentados.

3.1. Apuração do resultado

As receitas dos planos de capitalização são reconhecidas contabilmente no mês de sua emissão, de acordo com os tipos de arrecadação, podendo ser em pagamentos mensais ou em pagamento único. Cada título tem um valor nominal, que é atualizado monetariamente.

O resultado é apurado pelo regime contábil de competência e considera o seguinte:

A receita com títulos de capitalização de pagamento único é registrada integralmente quando da emissão dos respectivos títulos.

A receita com títulos de capitalização de pagamento mensal é registrada conforme abaixo:

- Primeira mensalidade quando da respectiva emissão;
- Demais mensalidades quando do efetivo recebimento.

Notas explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras Intermediárias em 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021 e para os semestres findos em 30 de junho de 2022 e 2021
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

As correspondentes provisões técnicas são constituídas simultaneamente ao reconhecimento das receitas. As despesas com colocação de títulos de capitalização, classificadas como “Custo de aquisição”, são reconhecidas contabilmente quando incorridas.

3.2. Balanço patrimonial

- A Companhia efetua a revisão dos valores registrados no ativo e no passivo circulante, a cada data de elaboração das demonstrações financeiras, com o objetivo de classificar para o não circulante aqueles cuja expectativa de realização ultrapassar o prazo de 12 meses subsequentes à respectiva data-base.
- Os ativos e passivos sem vencimento definido tiveram seus valores registrados como circulante, e os passivos de provisões técnicas acompanham suas características e objetivos.

3.3. Caixa e equivalentes de caixa

Abrangem saldos de caixa, depósitos bancários e, quando aplicável, investimentos financeiros não cotizados e conseqüentemente em trânsito.

São considerados equivalentes de caixa operações compromissadas lastreadas em títulos públicos, e os títulos públicos com conversibilidade imediata em montante conhecido de caixa, com vencimento em até três meses a contar da data da aquisição e que apresentam risco insignificante de mudança de valor justo, detidos diretamente pela sociedade ou através de cotas de fundos de investimentos exclusivos e não vinculados à cobertura de provisões técnicas e mantido com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros propósitos.

3.4. Instrumentos financeiros

A Companhia efetua a avaliação de seus instrumentos financeiros, em consonância aos Pronunciamentos Técnicos CPC's 38, 39, 40 (R1) e 46, cujos critérios de classificação, mensuração e avaliação, descritos a seguir:

3.4.1. Mensurados ao valor justo por meio do resultado

Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado quando a Companhia gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda baseadas em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos e estratégia de investimentos. Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são medidos pelo valor justo e mudanças no valor justo desses ativos são reconhecidas no resultado do período.

Em 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021, 100% de todos os ativos investidos estão utilizando esse tipo de marcação ao valor justo por meio do resultado.

3.5. IFRS 16 (CPC 06) – Arrendamento Mercantil

O Pronunciamento estabelece o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de arrendamentos e tem sua efetividade a partir de 1º de janeiro de 2021. A Companhia analisou todos os contratos de arrendamento e foi identificado um contrato de arrendamentos e leasing, que está enquadrado na categoria: Imóveis. Na avaliação efetuada temos o montante estimado de aproximadamente R\$ 3.735 milhões nos ativos da companhia.

Em linha com o permitido pela norma, foram desconsiderados do escopo da análise:

- (i) arrendamentos de curto prazo (inferiores a 12 meses); e
- (ii) contratos com valores inferiores a U\$D 5 mil (R\$ 20 mil).

A Companhia adotou o IFRS 16 (CPC 06 R2) em 1º de janeiro de 2021 como referendado pela Superintendência de Seguros Privados – SUSEP em 22/09/2020. Na transição a Companhia aplicou o CPC 06 (R2) / IFRS 16, usando a abordagem retrospectiva modificada, que não exige comparabilidade na apresentação das informações de períodos anteriores. Os contratos são capitalizados no início do arrendamento mercantil no ativo não circulante, na rubrica Ativo de Direito de Uso, pelo valor presente dos pagamentos fixos, com contrapartida ao Passivo de

Notas explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras Intermediárias em 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021 e para os semestres findos em 30 de junho de 2022 e 2021
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Arrendamento, segregado entre circulante e não circulante, considerando os prazos previstos de pagamentos, conforme contrato. Sobre o custo são acrescidos, quando aplicável, os custos iniciais diretos incorridos na transação.

Ao calcular o valor presente dos pagamentos do arrendamento, a taxa adotada considera o custo de captação baseado no índice prontamente observável somado a um spread de risco da Companhia, excluindo-se garantias dadas nas operações de financiamentos. Essas taxas de juros foram avaliadas considerando o período do arrendamento mercantil sem os efeitos da intenção de renovação. Com base na dificuldade em calcular um rating sintético para a seguradoras, pelas limitações específicas do negócio da companhia, ficamos com as seguintes alternativas para utilização como spread de risco:

- Utilizamos como rating, um grau de investimento para assim, utilizar os spreads disponibilizados no site da ANBIMA.
- Utilizamos o Capital Rate do imóvel da matriz como spread.
- Levamos em consideração as parcelas dos arrendamentos.

A depreciação do ativo de direito de uso é contabilizada de forma linear conforme prazo do contrato. Os juros financeiros do passivo de arrendamento são contabilizados na despesa financeira.

Os impactos da adoção do CPC 06 (R2)/IFRS 16 no balanço patrimonial:	Valores antes da Adoção do CPC 06 em 31/12/2020	Ajuste	Valores Após a adoção do CPC 06 R2 em 01/01/2021
Ativo			
Circulante	56.275	-	56.275
Não Circulante	-	-	-
Direito de uso - IFRS 16	-	3.741	3.741
	56.275	3.741	60.016
Passivo			
Circulante	49	-	49
Arrendamento Mercantil a Pagar - IFRS 16	-	831	831
Não Circulante	-	-	-
Arrendamento Mercantil a Pagar - IFRS 16	-	2.910	2.910
Patrimônio Líquido	56.226	-	56.226
	56.275	3.741	60.016

3.6. Intangível

Os ativos intangíveis são registrados inicialmente, pelo custo de aquisição ou pelo valor apurado por meio de avaliação técnica e são amortizados ao longo da sua vida útil econômica, sendo avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda do valor econômico do ativo. A Companhia adota o método linear na amortização de seus ativos com vida útil definida de 5 anos à taxa de 20% a.a. para os gastos com aquisição e desenvolvimento de softwares de uso interno e o contrato de direito de exclusividade para a comercialização de produtos nos canais de parcerias são amortizados de acordo com a vigência prevista em contrato.

O período e o método de amortização para os ativos intangíveis são revisados, no mínimo, ao final de cada exercício social. Mudanças na vida útil estimada ou no consumo esperado dos benefícios econômicos futuros desses ativos são contabilizados por meio de ajustes no período ou método de amortização, conforme o caso, e são tratadas como “mudanças de estimativas contábeis”. A amortização de ativos intangíveis com vida definida é reconhecida na rubrica “Despesas Administrativas”, no resultado. Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo intangível são mensurados como diferença entre o valor líquido obtido da venda e o seu valor contábil residual e são reconhecidos na rubrica “Resultado Patrimonial”, no momento da baixa do ativo.

Notas explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras Intermediárias em 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021 e para os semestres findos em 30 de junho de 2022 e 2021 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3.7. Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido

O registro contábil do imposto de renda, contribuição social, ativo e passivo, correntes e diferidos, é feito com base em cálculos pelas alíquotas vigentes na data-base das demonstrações financeiras. Adições e exclusões previstas na legislação em vigor, bem como compensações de créditos tributários, são aplicadas, quando cabíveis.

Com o fim da vigência da Medida Provisória (MP) nº 1034, que altera a Lei nº 7.689 de 1988, passa a vigorar a alíquota da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL de 20% para 15%, com produção de efeitos a partir de 01 de janeiro de 2022.

3.8. Provisões técnicas

Provisão matemática para capitalização

A provisão representa o montante dos pagamentos efetuados pelos subscritores, deduzidos das cotas de sorteio e de carregamento, quando previstas, acrescidos mensalmente da taxa de juros e do índice de correção previstos no plano aprovado.

Provisão para resgates

A provisão representa os valores de resgates ainda não pagos até a data-base das Demonstrações, incluída a parcela correspondente à distribuição de bônus já devidos.

Provisão para sorteios a realizar

A provisão é constituída para cobrir os sorteios que já foram custeados, mas que na data-base da constituição ainda não tenham sido realizados.

Provisão de sorteios a pagar

A provisão corresponde aos valores dos prêmios de sorteios devidos e ainda não pagos atualizados monetariamente entre a data do sorteio e a data da efetiva liquidação.

Provisão para despesas administrativas

A provisão é constituída para a cobertura dos valores esperados das despesas administrativas dos planos de capitalização. A metodologia de cálculo, de acordo com os normativos vigentes, não indica a necessidade de constituição da provisão nesta data-base.

3.9 Estimativas

A preparação das demonstrações financeiras intermediárias de acordo com as normas do CPC requer que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas.

Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revistas de maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

As notas explicativas de Aplicações Financeiras incluem:

- (i) informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que tem efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras;
- (ii) informações sobre incertezas, sobre premissas e estimativas que possuam um risco de resultar em um ajuste dentro do próximo período contábil.

Notas explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras Intermediárias em 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021 e para os semestres findos em 30 de junho de 2022 e 2021
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

4. Nova norma contábil ainda não adotada

O pronunciamento a seguir entrará em vigor para períodos após a data destas demonstrações financeiras intermediárias e não foi adotado antecipadamente:

IFRS 9 (CPC 48) – Instrumentos financeiros

O pronunciamento visa substituir a IAS 39 – Instrumentos Financeiros (CPC 38): Reconhecimento e Mensuração. A IFRS 9 é aplicável para instrumentos financeiros, em vigor a partir de 1º de janeiro de 2018, exceto para as entidades seguradoras que optarem por continuar a utilizar o IAS 39 até 1º de janeiro de 2023.

5. Gestão de risco

A Companhia, durante o seu período de constituição, compartilhou da Estrutura de Gestão de Riscos (“EGR”) da Caixa Seguridade Participações S.A. e a partir do fechamento do acordo com a Icatu Seguridade S.A., descrito na nota 5.1., a Companhia passou a ter uma Estrutura de Gestão de Riscos própria, a qual foi estabelecida de forma integrada a um Sistema de Controles Internos mediante a construção de normativos internos contendo as diretrizes, regras operacionais, papéis e responsabilidades visando a sua garantia.

5.1. Sistema de controles internos e gestão de riscos

A EGR da XS4 Capitalização foi estabelecida conforme a Resolução CNSP 416 de 20 de julho de 2021, tem como principal finalidade suportar o alcance dos seus objetivos estratégicos. As incertezas que possam afetar os objetivos estabelecidos pela Companhia são mapeadas e compõem os inventários de riscos, mantendo-se o monitoramento dos principais riscos na matriz de riscos. Os riscos estão subdivididos nas categorias de riscos de crédito, mercado, liquidez, operacional, estratégico, conformidade, reputacional e de subscrição, também em conformidade com o que define a Resolução CNSP 416.

As respostas aos riscos são realizadas e monitoradas pelas três linhas de defesa da Companhia. A primeira linha é composta pelas áreas que executam as atividades relacionadas a entregas de produtos e serviços da Companhia, incluindo as áreas que fornecem apoio nessa execução. Tais áreas também assumem a responsabilidade de identificar e gerir seus riscos através da adoção de controles e ajustes em seus processos. A segunda linha é formada pelas áreas que centralizam atividades de gestão de riscos e controles internos da Companhia. Tais áreas são responsáveis pelo apoio metodológico, supervisão da execução das atividades de controle e agente facilitador da comunicação entre as unidades de negócios da Companhia. A terceira linha é composta auditoria interna que atua na avaliação da efetividade dos trabalhos executados pelas demais linhas de defesa.

Os riscos mapeados e monitorados são classificados de acordo com seu potencial de impacto e da probabilidade de ocorrência.

5.2. Gerenciamento, acompanhamento e mensuração dos riscos

5.2.1. Principais riscos associados

5.2.1.1. Risco de crédito

Consiste na possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento pelas contrapartes de suas obrigações financeiras nos termos pactuados. Risco de que o emissor do título possa não honrar o principal e/ou o pagamento de juros.

Notas explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras Intermediárias em 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021 e para os semestres findos em 30 de junho de 2022 e 2021 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Em 30 de junho de 2022, 100%, estão alocados em títulos emitidos pelo Tesouro Nacional (risco soberano), mantendo a estratégia conservadora adotada nos dois semestres anteriores.

No fundo exclusivo, o volume de aplicações em operações compromissadas lastreadas nos títulos públicos federais totalizam R\$ 60.269 no fechamento de junho de 2022, enquanto esse montante era de R\$ 3.812 em 31 de dezembro de 2021 e R\$ 59.361 em 30 de junho de 2021.

O total referente às Letras Financeiras do Tesouro (LFT) é de R\$ 339.358 mil no fundo exclusivo no dia 30 de junho de 2022, enquanto o total de LFTs em 31 de dezembro de 2021 era de R\$ 211.700. Em 30 de junho de 2021, não havia montante alocado em LFTs.

Quotas de fundos de investimento não exclusivos totalizam R\$31.389 em 30 de junho de 2022. Já em 31 de dezembro de 2021 e 30 de junho de 2021, os totais eram de R\$14.097 e R\$14.765, respectivamente. As alocações em fundos de investimentos não exclusivos que incluem títulos públicos estão sujeitas as suas respectivas Políticas de Investimentos, as quais estão associadas aos seus respectivos níveis de riscos.”

5.2.1.2. Risco de mercado

Os riscos de mercado são decorrentes da possibilidade de materialização de perdas resultantes de oscilações nos preços, cotações de mercado, bem como das taxas de juros ou outros fatores de risco.

O gerenciamento do risco de mercado é realizado dentro da estrutura da Caixa Capitalização.

O controle do risco de mercado é baseado no modelo *Value at Risk* - VAR, que demonstra a maior perda esperada de um ativo ou carteira, para um determinado horizonte de tempo e dada uma probabilidade de ocorrência.

A principal metodologia empregada pela Companhia para o gerenciamento do risco de mercado é o cálculo do *VaR* (*Value at Risk*) paramétrico. Além do cálculo do *VaR*, são realizados testes de *stress* para verificar a perda potencial em cenários extremos. O risco de mercado é acompanhado por meio de relatórios de periodicidade mínima mensal e análises quando o cenário de mercado é alterado, com informações sobre o *VaR* e nível de *stress* da carteira.

A análise de sensibilidade das aplicações financeiras foi elaborada levando em consideração:

- (i) O *VaR* paramétrico: perda máxima esperada da carteira, a dado nível de confiança em horizonte de tempo determinado. O horizonte do *VaR* é de 1 mês com nível de confiança de 95%, e usando a metodologia EWMA (médias móveis exponencialmente ponderadas) para o cálculo da volatilidade com Lambda de 0,94.

No quadro a seguir são apresentadas:

- A perda máxima esperada em um mês com 95% de confiança, por meio da metodologia *VaR* paramétrico;
- O fator de decaimento *Lambda* da metodologia EWMA.

Fatores de Risco	30/06/2022			31/12/2021		
	EWMA	VAR	Exposição	EWMA	VAR	Exposição
Ponta Pré das LFTs e Pré das Compromissadas	0,94	363	431.007	0,94	81	229.591

5.2.1.3. Risco de liquidez

Consiste na possibilidade de a Companhia não responder aos seus compromissos de pagamentos em função do descasamento de prazo entre seus ativos e passivos, ou da queda do valor dos ativos em função da falta de liquidez destes no mercado. A Administração possui visibilidade mensal à carteira da Companhia e discute regularmente, em suas reuniões ou extraordinariamente, quando necessário, a posição dos investimentos levando em conta a sua liquidez e expectativa de rentabilidade.

Notas explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras Intermediárias em 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021 e para os semestres findos em 30 de junho de 2022 e 2021
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A necessidade de liquidez de longo prazo será monitorada por meio do gerenciamento de ativos e passivos (*ALM - Assets and Liabilities Management*) em avaliações periódicas, considerando estimativas de fluxos de recebimentos e desembolsos segundo premissas definidas internamente pela Diretoria Financeira Administrativa.

As tabelas a seguir apresentam os principais ativos e passivos financeiros detidos pela Companhia, classificados segundo os prazos de vencimento contratuais dos fluxos de caixa, sem considerar a intenção de negociação ou marcação desses ativos.

Ativos e passivos	30/06/2022			
	Até 1 ano	De 1 a 2 anos	Acima de 2 anos	Total
Caixa e bancos	1.528	-	-	1.528
Equivalente de Caixa	14.552	-	-	14.552
Aplicações Financeiras	416.455	-	-	416.455
Crédito das operações	6.526	-	-	6.526
Títulos e créditos a receber	466	-	-	466
Imobilizado	50	-	-	50
Intangível	14.375	28.750	129.375	172.500
Realizável a Logo Prazo	378	756	3.406	4.540
Total de ativos	454.330	29.506	132.781	616.617
Contas a pagar	12.244	-	-	12.244
Provisões Técnicas	55.377	34.891	212.862	303.130
Débito das operações	5.887	-	-	5.887
Outros Débitos	456	238	2.618	3.312
Total de passivos	73.964	35.129	215.480	324.573

Ativos e passivos	31/12/2021			
	Até 1 ano	De 1 a 2 anos	Acima de 2 anos	Total
Caixa e bancos	692	-	-	692
Equivalente de Caixa	1.373	-	-	1.373
Aplicações Financeiras	228.219	-	-	228.219
Crédito das operações	1.857	-	-	1.857
Títulos e créditos a receber	273	-	-	273
Imobilizado	54	-	-	54
Intangível	-	-	177.000	177.000
Realizável a Logo Prazo	-	-	4.680	4.680
Total de ativos	232.468	-	181.680	414.148
Contas a pagar	11.543	-	-	11.543

Notas explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras Intermediárias em 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021 e para os semestres findos em 30 de junho de 2022 e 2021
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Provisões Técnicas	17.907	13.562	106.429	137.898
Débito das operações	2.588	-	-	2.588
Outros Débitos	348	-	2.910	3.258
Total de passivos	32.386	13.562	109.339	155.287

Os ativos financeiros, em sua maioria, possuem liquidez imediata e podem ser resgatados a qualquer momento para fazer face às obrigações financeiras. Desta forma a expectativa de exigibilidade e realização avaliadas com prazos distintos no *aging* não representa risco.

5.2.1.4. Risco operacional

O Risco Operacional é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, falha de pessoas e sistemas, ou de eventos externos incluindo o risco Legal e *Compliance*.

O Risco Operacional pode se materializar ainda em função de fraudes ou eventos externos, incluindo-se o risco legal ou cibernético, e excluindo-se os riscos decorrentes de decisões estratégicas e à reputação da instituição.

A gestão dos riscos operacionais é realizada em linha com o processo de Gestão de Riscos Corporativos com foco na identificação, avaliação e resposta aos riscos que possam comprometer o alcance dos objetivos dos processos.

O processo de identificação dos riscos operacionais é realizado através da análise dos processos organizacionais e seus objetivos. Os riscos identificados são quantificados através de graduação de frequência específica gerando planos de ação caso necessário, sendo que a graduação de impacto é idêntica a utilizada para os demais riscos.

Como a Companhia encontrava-se em início de suas atividades, e por isso possuía histórico de materialização de riscos, a avaliação inicial foi realizada com base em avaliações subjetivas considerando a opinião especializada dos gestores dos processos.

A metodologia utilizada objetiva mensurar a exposição dos riscos operacionais antes da ação dos controles (risco inerente) e após a ação dos controles (risco residual).

As informações e registros dos riscos identificados, seus controles e os respectivos planos de ação de resposta são controlados e gerenciados pela Área de Riscos, Conformidade e Governança, responsável pelo SCI (Sistema de Controles Internos) que reporta os resultados a Diretoria.

A gestão de riscos operacionais também prevê a criação e manutenção de um banco de dados com os registros das perdas operacionais que se materializaram. Este banco de dados permitirá uma análise de causas-raiz dos eventos que as originaram e a criação de planos de ação para desenvolvimentos de novos controles ou melhoria daqueles existentes.

5.2.1.5. Risco de subscrição

O Risco de Subscrição é a possibilidade de ocorrência de perdas que contrariem as expectativas da Companhia, em relação aos processos que envolvem a tomada de decisão seletiva de riscos aceitáveis, determinação da arrecadação, os termos do contrato e o monitoramento das decisões tomadas, além da possibilidade de ocorrência de perdas que contrariem as expectativas da Companhia, associadas, diretamente ou indiretamente, às bases técnicas utilizadas para cálculo de títulos de capitalização e provisões técnicas.

A área de Subscrição de Riscos da Companhia tem por objetivo dar suporte na conquista de novos títulos, mantendo os riscos bem administrados pela Companhia influenciando assim sua solvência e proporcionando lucro aos acionistas.

Notas explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras Intermediárias em 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021 e para os semestres findos em 30 de junho de 2022 e 2021 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Os títulos de capitalização têm prazo de vigência de médio e longo prazo. Por isso são utilizadas algumas premissas baseadas nas experiências de persistência da carteira, e premissas atuariais para realizar a gestão dos riscos envolvidos.

Os riscos podem ser listados em:

- Risco de sorteio: Implica na possibilidade da Companhia pagar prêmios de títulos sorteados nos produtos comercializados com séries abertas;
- Risco de persistência: Implica na estimativa da quantidade de parcelas que são pagas pelo cliente durante a vigência do título;
- Risco de cancelamento: Implica na devolução integral das parcelas pagas pelos clientes no caso de problemas gerados no momento da venda e o risco de garantir a rentabilidade pré-definida para as reservas matemáticas aprovadas nas condições gerais dos títulos de capitalização.

A Companhia monitora e avalia os riscos por meio de políticas de subscrição e alçadas e adequação das provisões técnicas. O risco de sorteio é monitorado pelo acompanhamento do histograma de risco das séries abertas comercializadas.

5.2.1.6. Riscos estratégicos

Os riscos estratégicos fazem parte do ciclo de gestão de riscos coordenado pelas áreas que compõem a segunda linha de defesa. As exposições são mapeadas em conjunto com a Diretoria executiva, e são avaliadas e tratadas conforme a criticidade apurada.

6. Aplicações financeiras

6.1. Classificação por categoria e faixa de vencimento

As quotas de fundos de investimentos estão precificadas conforme valores publicamente divulgados pelas instituições financeiras administradoras dos respectivos fundos.

A composição da carteira de ativos financeiros detidos pela Companhia contempla os investimentos financeiros classificados como Equivalentes de Caixa: R\$ 14.552 (R\$ 1.373 em 31 de dezembro de 2021).

Segue demonstração da abertura da carteira:

	Valor justo por meio do resultado	Total
Saldo final em 31 de dezembro de 2021	229.592	229.592
(+) Aplicações	203.597	203.597
(-) Resgates	(18.404)	(18.404)
(+) Rendimentos	16.222	16.222
Saldo final em 30 de junho de 2022	431.007	431.007

Notas explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras Intermediárias em 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021 e para os semestres findos em 30 de junho de 2022 e 2021
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

6.2. Critérios adotados na determinação do valor justo

Os ativos mantidos em carteira própria ou nos fundos de investimento exclusivos são avaliados ao valor justo, utilizando-se preços negociados em mercados ativos de referência divulgados pela ANBIMA e pela B3. Os ativos foram classificados por níveis de hierarquia de mensuração ao valor justo, sendo:

- **Nível 1:** preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos;
- **Nível 2:** *inputs* de mercado, exceto preços cotados, incluídos no Nível 1 - que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços);
- **Nível 3:** premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

Na sequência, a composição das aplicações financeiras classificadas por níveis de hierarquia de mensuração ao valor justo, incluindo a carteira dos fundos exclusivos:

	30/06/2022	
	Nível 01	Total
I. Títulos mensurados ao valor justo por meio de resultado:	431.016	431.016
Letras Financeiras do Tesouro	339.358	339.358
Operações Compromissadas	60.269	60.269
Fundos de Investimento Não Exclusivos	31.389	31.389
Total	431.016	431.016

	31/12/2021	
	Nível 01	Total
I. Títulos mensurados ao valor justo por meio de resultado:	229.609	229.609
Letras Financeiras do Tesouro	211.700	211.700
Operações Compromissadas	3.812	3.812
Fundos de Investimento Não Exclusivos	14.097	14.097
Total	229.609	229.609

7. Créditos das operações de capitalização

Registra os títulos comercializados que não foram reportados pelas instituições financeiras no valor de R\$ 6.526 (R\$ 1.857 em 31 de dezembro de 2021). Os valores são liquidados nos meses subsequentes ao registro da emissão, mediante retorno bancário.

8. Créditos tributários e previdenciários

Os Impostos a Recuperar são compostos da seguinte forma:

Notas explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras Intermediárias em 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021 e para os semestres findos em 30 de junho de 2022 e 2021
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

8.1. Impostos a recuperar

Ativo - Circulante	30/06/2022	31/12/2021
Impostos a Recuperar		
Imposto de Renda	131	131
Contribuição Social	97	97
Total de Créditos Fiscais	228	228

8.2. Tributos diferidos

Os ativos e passivos fiscais diferidos da Companhia são compensados de acordo com o pronunciamento CPC 32 – Tributos Sobre o Lucro.

Apresentamos, a seguir, o quadro com os débitos e créditos tributários pelos montantes líquidos, quando de mesma natureza e jurisdição, sendo divulgados na rubrica Créditos Tributários e Previdenciários:

	31/12/2021	Constituição	Realização/Reversão	30/06/2022
Não Circulante				
Imposto de Renda Diferido	-	-	-	-
Diferenças Temporárias	669	2.876	(3.241)	304
Contribuição Social Diferida	-	-	-	-
Diferenças Temporárias	401	1.325	(1.460)	266
Total	1.070	4.201	(4.701)	570

9. Outros valores e bens – direito de uso

	30/06/2021	Adições	Amortização	31/12/2021
Direito de uso	-	3.735	(125)	3.610
Imóveis	-	3.735	(125)	3.610
Total	-	3.735	(125)	3.610

	31/12/2021	Adições	Amortização	30/06/2022
Direito de uso	3.610	487	(127)	3.970
Imóveis	3.610	487	(127)	3.970

Notas explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras Intermediárias em 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021 e para os semestres findos em 30 de junho de 2022 e 2021
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Total	3.610	487	(127)	3.970
--------------	--------------	------------	--------------	--------------

Arrendamentos a pagar

	30/06/2022
Arrendamentos a pagar	3.480
Juros de arrendamento	(168)
	3.312
Parcelas do Circulante	456
Parcela Não Circulante	2.856
	3.312

10. Intangível

O valor do intangível é referente ao direito de acesso exclusivo a todos os clientes em potencial por meio de Rede de Distribuição (Balcão Caixa) onde foi registrado o valor pago pela compra do direito de comercialização, distribuição, oferta, divulgação, venda e pós-venda de produtos de capitalização. O Valor é Amortizado de acordo com o prazo de vigência do contrato que é de 20 anos com a Icatu Seguros S.A.

	Taxa anual de amortização	31/12/2021	Adições	Baixas	Amortização	30/06/2022
Adquiridos de terceiros		177.000	-	-	(4.500)	172.500
Balcão de Vendas (a)	5%	177.000	-	-	(4.500)	172.500
Total		177.000	-	-	(4.500)	172.500

(a) Balcão de Venda registra o valor pago pela compra do direito de acesso exclusivo a todos os clientes em potencial por meio de Rede de Distribuição (Balcão Caixa) onde foi registrado o valor pago pela compra do direito de comercialização, distribuição, oferta, divulgação, venda e pós-venda de produtos de capitalização. Amortizado pelo prazo de vigência do contrato que é de 20 anos.

Notas explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras Intermediárias em 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021 e para os semestres findos em 30 de junho de 2022 e 2021
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

11. Obrigações a pagar

Segue abaixo a composição do grupo de Obrigações a Pagar:

Descrição	30/06/2022	31/12/2021
Fornecedores	363	165
Dividendos e Bonificações a Pagar	-	993
Participação nos Lucros a Pagar	1.599	-
Honorários/Remuneração e Gratificações a Pagar	-	2.675
Resgates e Sorteios	77	5
Total	2.039	3.838

12. Impostos e Contribuições

São registrados nessa rubrica os tributos a pagar pela entidade, referente ao IRPJ, CSLL, Pis e COFINS, que são compostos da seguinte forma:

Descrição	30/06/2022	31/12/2022
IR - Ano Corrente	14.741	2.518
Antecipação de IR	(11.439)	(2.518)
Contribuição Social no Ano Corrente	8.874	2.084
Antecipação de CSLL	(6.884)	(2.084)
COFINS	1.105	510
PIS / PASEP	180	83
Total	6.577	593

A principal variação se deu devido ao fato de em 31/12/2021 a empresa ter apurado prejuízo fiscal, referente ao IRPJ e CSLL. Passando a apresentar lucro no decorrer do ano 2022, até presente momento.

13. Débito das operações de capitalização

Os débitos das operações de capitalização estão classificados no passivo circulante e são compostos pelos valores a pagar de comissões no valor de R\$ 5.887 (R\$ 2.588 em 31/12/2021).

Notas explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras Intermediárias em 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021 e para os semestres findos em 30 de junho de 2022 e 2021
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

14. Provisões técnicas - capitalização

As provisões técnicas de capitalização estão classificadas no passivo circulante, quando são esperadas as respectivas exigibilidades dentro de 12 meses seguintes à data das Demonstrações e são compostas da seguinte forma:

	Saldos em 31/12/2021	Constituições	Amortizações/ Prescrições	Atualização Monetária	Saldos em 30/06/2022
Provisão Matemática para Capitalização	132.057	161.825	(6.735)	6.458	293.605
Provisão para Resgate de Títulos Antecipados	11	5.731	(4.436)	3	1.309
Provisão para Resgate de Títulos Vencidos	-	32	(27)	-	5
Provisão para Resgates	132.068	167.588	(11.198)	6.461	294.919
Provisão para Sorteios a Realizar	3.460	5.085	(971)	399	7.973
Provisão de Sorteios a Pagar	50	593	(406)	1	238
Provisão para Sorteios	3.510	5.678	(1.377)	400	8.211
Provisão para Despesas Administrativas	2.320	-	(2.320)	-	-
Outras Provisões	2.320	-	(2.320)	-	-
Total	137.898	173.266	(14.895)	6.861	303.130

15 – Garantia das provisões técnicas

Os ativos garantidores das provisões técnicas são compostos por:

	30/06/2022	31/12/2021
Provisões Técnicas - Capitalização:	303.130	137.898
Total a ser Coberto	303.130	137.898
Ativos Vinculados à Cobertura de Reservas		
Quotas de Fundos de Investimento - Exclusivos	385.066	214.122
Total em Fundos de Investimentos	385.066	214.122
Equivalente de Caixa	14.552	1.373
Total dos Ativos Vinculados	399.618	215.495
Excesso de Ativos Vinculados à Cobertura de Reserva	96.488	77.597

Notas explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras Intermediárias em 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021 e para os semestres findos em 30 de junho de 2022 e 2021
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

16. Transações com partes relacionadas

Os principais saldos dos ativos e passivos referentes às operações com partes relacionadas, bem como as transações que influenciam o resultado, referem-se a transações da Companhia com sua controladora e empresas ligadas, como segue:

	Ativo		Passivo		Receitas		Despesas	
	30/06/2022	31/12/2021	30/06/2022	31/12/2021	30/06/2022	30/06/2021	30/06/2022	30/06/2021
Partes relacionadas								
Icatu Seguros S.A. (a)	-	-	-	7.019	-	-	8.339	-
Caixa Seguridade S.A. (b)	-	-	-	249	-	-	18.828	-
Total	-	-	-	7.268	-	-	27.167	-

A natureza das principais transações com partes relacionadas é descrita a seguir:

(a) Reembolsos de custos administrativos, referem-se às despesas de constituição da Companhia, despesas como localização e funcionamento, bem como com o BPO e dividendos a pagar oriundos do resultado da Companhia

(b) Dividendos e juros sobre o capital próprio e a despesa de comissão.

17. Carregamento

Os principais produtos comercializados pela Companhia, de acordo com as notas técnicas aprovadas pela SUSEP, possuem as seguintes taxas de carregamento:

30/06/2022				
Produto	Processo	% de Carregamento	Taxa de Juros	Índice de Correção
PU002T	15414.619635/2020-42	19,36%	0,5% a.m.	TR
PM001T	15414.619634/2020-06	14,55%	0,5% a.m.	TR
PU007I	15414.615855/2021-88	38,20%	0,5% a.m.	TR
PU006F	15414.613715/2021-75	25,16%	0,5% a.m.	TR

Notas explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras Intermediárias em 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021 e para os semestres findos em 30 de junho de 2022 e 2021
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

18. Patrimônio líquido

a) Capital social

O capital social subscrito e integralizado de R\$ 74.670 representado por 13.334 dividido em 6.667 ações ordinárias e 6.667 ações preferenciais.

Em 04 de abril de 2021, através da Portaria SUSEP nº 7.814, foi aprovado o aumento de capital proposto na Assembleia Geral Extraordinária de 30 de março de 2021, no montante de R\$18.670, gerando a emissão de 13.334 novas ações, sendo 6.667 ações preferenciais e 6.667 ações ordinárias, para manter o equilíbrio entre os acionistas.

b) Reservas de lucros

A reserva legal, constituída mediante a apropriação de 5 % do lucro líquido do exercício, limitado a 20% do capital social, tem por finalidade assegurar a integridade do capital social em conformidade com o artigo 193 da Lei no 6.404, de 1976, e alterações posteriores.

c) Dividendos mínimos obrigatórios

O estatuto social da Companhia estabelece um dividendo mínimo de 75% calculado sobre o lucro líquido anual, ajustado na forma prevista pelo artigo nº 202 da Lei nº 6.404/76.

d) Reserva de capital

A rubrica “Reserva de Capital” registra os valores recebidos pela empresa e que não transitam pelo resultado, por não se referirem à entrega de bens ou serviços pela empresa. O saldo registrado no Patrimônio Líquido é R\$ 180.000.

e) Patrimônio líquido ajustado - PLA e exigência de capital

Em atendimento à Resolução SUSEP nº 432/2021, as instituições autorizadas a funcionar pela Superintendência de Seguros Privados – SUSEP deverão apresentar Patrimônio Líquido Ajustado (PLA) igual ou superior ao Capital Mínimo Requerido (CMR), equivalente ao maior valor entre o capital base e o Capital de Risco (CR) respeitado os níveis de qualidade estabelecidos para cobertura do CMR conforme abaixo demonstrado:

- a) no mínimo 50% (cinquenta por cento) do CMR serão cobertos por PLA de nível 1,
- b) no máximo 15% (quinze por cento) do CMR serão cobertos por PLA de nível 3; e
- c) no máximo 50% (cinquenta por cento) do CMR serão cobertos pela soma do PLA de nível 2 e do PLA de nível 3.

	<u>30/06/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Patrimônio Líquido	292.045	257.868
Ajustes contábeis	(172.500)	(177.039)
Despesas Antecipadas	-	(39)
Ativos Intangíveis	(172.500)	(177.000)
Ajustes associados à variação dos valores econômicos:	6.570	-
Superávit de fluxos não registrados para as sociedades de capitalização	5.364	-
Superávit entre prov. exatas const. e fluxo real. soc. Capitalização	1.206	-

Notas explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras Intermediárias em 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021 e para os semestres findos em 30 de junho de 2022 e 2021
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

PLA Nível 1	118.975	79.759
PLA Nível 2	6.570	-
PLA Nível 3	570	1.070
Ajuste do Excesso de PLA de nível 2 e PLA de nível 3	-	-
Patrimônio Líquido Ajustado (PLA)	126.115	80.829
Capital Base (CB) (a)	10.800	10.800
Capital de Risco de Crédito	2.101	386
Capital de Risco de Subscrição	2.996	1.510
Capital de Risco - Mercado	13.355	5.393
Capital de Risco - Redução por correlação	(3.218)	(1.189)
Capital de Risco - Operacional	2.264	945
Capital de Risco (CR) (b)	17.498	7.045
Capital Mínimo Requerido - CMR maior entre (a) e (b)	17.498	10.800
Patrimônio líquido ajustado	126.115	80.829
(-) Exigência de capital - EC	(17.499)	(10.800)
Suficiência de capital - R\$	108.616	70.029
Suficiência de capital (% da EC)	721%	748%

19. Detalhamento de contas da demonstração de resultado

a) Receitas Líquidas com Títulos de Capitalização

	30/06/2022	30/06/2021
Título de Capitalização Emitido	265.910	1
Devolução/Cancelamento Com Título de Capitalização	(2.366)	-
Reversão da Provisão Para Resgate	1.481	-
Constituição da Provisão Para Resgate	(161.656)	-
Despesas Com Resgate	(302)	-
Total	103.067	1

b) Resultado com Sorteios

Reversão da Provisão Para Sorteio	970	-
Constituição da Provisão Para Sorteio	(5.085)	-
Despesas Com Títulos Sorteados	(593)	-
Total	(4.708)	-

Notas explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras Intermediárias em 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021 e para os semestres findos em 30 de junho de 2022 e 2021
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

c) Outras Receitas e Despesas Operacionais - Capitalização

Receita com Resgate de Título	396	-
Outras Receitas com Capitalização	3.631	-
Outras Despesas Operacionais	(13.364)	-
Total	(9.337)	-

d) Despesas Administrativas

Pessoal Próprio	(5.626)	(1.171)
Serviços de Terceiros	(1.832)	(131)
Localização e Funcionamento	(5.358)	(2)
Publicidade e Propaganda	(45)	(70)
Outras Despesas Administrativas	-	(34)
Total	(12.861)	(1.408)

e) Despesas com Tributos

Impostos		
COFINS	(4.424)	(22)
PIS	(719)	(3)
Taxa de Fiscalização	(122)	-
Outras Despesas com Tributos	(6)	(12)
Total	(5.271)	(37)

f) Resultado Financeiro

Categoria - Valor Justo por meio do Resultado	16.222	556
Quotas de Fundos de Investimento - Exclusivos	15.331	556
Quotas de Fundos de Investimento - Não Exclusivos	891	-
Total – Receitas Financeiras	16.222	556

Atualização Monetária sobre Provisões Técnicas - Capitalização	(6.861)	-
Outras Despesas Financeiras	(165)	(6)
Total – Despesas Financeiras	(7.026)	(6)

Total	9.196	550
--------------	--------------	------------

Notas explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras Intermediárias em 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021 e para os semestres findos em 30 de junho de 2022 e 2021
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

20. Conciliação do imposto de renda e da contribuição social

O Imposto de Renda (IRPJ) e a Contribuição Social (CSLL), calculados com base nas alíquotas oficiais vigentes, estão reconciliados com os valores contabilizados como despesas, como segue:

	30/06/2022		30/06/2021	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Resultado antes dos Impostos e Participações	64.132	64.132	(895)	(895)
Participações nos Lucros e Resultados	(845)	(845)	-	-
Resultado antes dos Impostos	63.287	63.287	(895)	(895)
ADICÕES	1.033	1.033	-	-
Adição Permanente	188	188	-	-
Participações nos Lucros e Resultados	845	845	-	-
EXCLUSÕES	-	-	-	-
Resultado Ajustado	64.320	64.320	(895)	(895)
Alíquotas Oficiais	15% + 10%	15%	15% + 10%	15%
Despesas com IRPJ/CSLL	14.741	8.874	2	-
Reversão da Provisão de Créditos Tributários	365	135	-	-
Despesas com IRPJ/CSLL	15.106	9.009	2	-
Alíquota Efetiva - Resultado Antes dos Impostos	23%	14%	0%	0%

Notas explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras Intermediárias em 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021 e para os semestres findos em 30 de junho de 2022 e 2021
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Conselho de administração

Vice-presidente

Maria do Carmo Nabuco de Almeida Braga

Conselheiros

Luciano Snel Corrêa
Matheus Neves Sinibaldi
Alexandre Petrone Vilardi

Diretoria

Diretor Presidente

Pablo Costa Sarmento

Diretores

Manoel Henrique de Amorim Filho
Ary Jorge dos Santos Costa
Gustavo Pimenta Germano Santos

Contador

Flavio Copello Junior
CRC RJ 080157/O-0

Atuária

Lígia de Abreu Sodré Pires
MIBA nº 1394